



## **PCMG esclarece estelionato envolvendo Prefeitura de Caetanópolis**

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) concluiu as investigações e indiciou uma mulher, de 30 anos, e o companheiro dela, de 34, pelo crime de estelionato cometido contra a Prefeitura de Caetanópolis, na região Central do estado.

Na segunda-feira (17/2), a PCMG, com o apoio do Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Civil do Estado de São Paulo (PCESP), desencadeou operação para cumprimento de mandado de busca e apreensão em uma comunidade no município paulista de Itaquaquecetuba.

Durante os trabalhos investigativos, foram apreendidos dois celulares, encaminhados para a perícia. Os suspeitos foram localizados e conduzidos à delegacia local, mas permaneceram em silêncio durante o depoimento.

### **Dinâmica do crime**

No dia 20 de outubro de 2022, a tesoureira e o procurador municipal da Prefeitura compareceram à Delegacia de Polícia Civil em Caetanópolis para denunciar o crime.

Na ocasião, a tesoureira contou que recebeu a ligação de um indivíduo que se passou por funcionário do banco em que a Prefeitura possuía conta. O suspeito alegou uma tentativa de acesso indevido à conta e que o módulo de segurança estava vencido, necessitando de atualização. Para isso, solicitou que a tesoureira concedesse acesso remoto ao computador da Prefeitura.

Com acesso garantido, o suspeito induziu a funcionária a digitar senhas bancárias. O procedimento durou cerca de uma hora. O homem instruiu então que a tesoureira se ausentasse para o almoço, informando que a conta estaria novamente acessível após duas horas. Algum tempo depois, ao verificar o sistema, a tesoureira constatou que havia sido efetuada uma transferência indevida, no valor de R\$ 36 mil, para a conta de uma pessoa física.

### **Investigação**

Diante dos fatos, a PCMG instaurou inquérito e representou pela quebra de sigilo bancário. As apurações identificaram o casal como responsável pelo crime, sendo que um dos suspeitos possuía vários vínculos de chave Pix em contas bancárias diferentes, indicando envolvimento recorrente em crimes semelhantes.

Com base nos elementos reunidos, a PCMG representou à Justiça da comarca de Paraopeba pelo mandado de busca e apreensão, cumprido nessa segunda-feira.